

Revisão da vida toda causa polêmica

Advogados especialistas em Direito Previdenciário dizem que pedido de suspensão do pagamento feito pela AGU prejudica aposentados

CAIOPRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

Em mais um capítulo da novela que se tornou o pagamento da revisão da vida toda a aposentados e pensionistas do INSS, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) embargos de declaração com o objetivo de esclarecer pontos sobre a tese definida pela Corte no julgamento do tema e pediu a suspensão dos processos. Na visão de especialistas, trata-se de uma manobra jurídica que vai prejudicar milhares de aposentados que aguardam o aumento de suas aposentadorias.

João Badari, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, rebate o pedido da AGU e frisa que isso criará uma grande insegurança jurídica, além de ser contrário ao princípio da justiça social. "Tudo que a AGU está pedindo nos embargos já foi discutido durante o processo da revisão da vida toda nas Cortes Superiores e, principalmente, no STF. Sem dúvidas, a modulação de efeitos é completamente contra a segurança jurídica e o interesse social".

A revisão da vida toda foi reconhecida pelo STF em 1º de dezembro de 2022, garantindo aos segurados do INSS correções de problemas verificados há mais de 20 anos. Muitos aposentados acabaram prejudicados em seus cálculos e a Corte decidiu que eles poderiam melhorar suas aposentadorias com a inclusão dos salários de contribuição anteriores a julho de 1994 (início do Plano Real).

"O INSS, ao opor os embargos de declaração, traz argumentos que já foram decididos pela Corte e busca rediscutir a matéria por meio de uma peça sem essa finalidade, além de entender que o STF foi omissivo em pontos que estão claros no acórdão, com o intuito de protelar o processo a seu favor. Requerer modulação de efeitos é ir contra a função deste instituto, pois não houve modificação jurisprudencial, não há alegação de inconstitucionalidade no decidido", resume o advogado Murilo Aith.

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev)

protocolou no último dia 9 uma manifestação no Supremo em relação aos embargos de declaração da AGU. A petição do Ieprev, amicus curiae no caso da revisão da vida toda no STF, assinada pelo advogado João Badari, demonstra que as omissões trazidas pelo INSS nos embargos de declaração já foram tratadas pela Corte. Outro ponto destacado foi o novo pedido de suspensão do cumprimento das revisões.

"A autarquia alega problemas estruturais para o cumprimento das decisões judiciais e também risco de grave dano ao processo. Porém, o Ieprev demonstra que em épocas com menor avanço tecnológico cumpriu revisões que abrangiam um maior custo e número de aposentados, dentre elas o IRSM, Teto, revisão do Artigo 29, ORTN e a revisão do melhor benefício. O INSS possui sistema de cálculos específico para o cumprimento da revisão e editou portaria em 2020 para que haja a execução das ações".

Sobre a questão da suspensão, o Ieprev alega que o INSS está invertendo os papéis, pois o risco de grave dano se volta aos aposentados, com idades avançadas e que em sua maioria enfrentam problemas de saúde, que aguardam por décadas

este direito de correção por um erro cometido pelo INSS em seus cálculos. E mais, aponta que o STF deu a oportunidade de o INSS apresentar um cronograma de cumprimento. "A revisão da vida toda, além de não trazer controle de constitucionalidade da norma, não trouxe uma mudança jurisprudencial, que é exigido pa-

ra que a Corte module seus efeitos. Pelo contrário, a ação foi uma reafirmação do Tema 334 (ação do melhor benefício). O STF não modificou o seu entendimento sobre a jurisprudência da Corte, ele sedimentou ainda mais o entendimento", resume Badari.

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE
WWW.PREVIDENCIATOTAL.COM.BR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 3